



A Responsabilidade da Crise é do Governo Federal!!!

Já dizia o velho ditado: “de bem intencionado o inferno está cheio”.

O objetivo pode até ter sido nobre, reduzir o preço da energia elétrica para residências, indústrias, comércio, rural, poder público...

Mas a forma e as Medidas para efetivar a vontade do Governo foram um desastre. Do jeito que está não pode ficar!!! O setor elétrico não se sustenta sem alicerces bem sólidos.

Fica a lição: o setor elétrico é implacável pois, não admite erros na geração, na transmissão, na distribuição, na comercialização e tampouco na regulamentação.

Fica expreso: erro no setor elétrico é fatal. Inclusive na política!!!

Tudo começou... com uma propaganda maciça da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, se posicionando pela redução da tarifa no preço e expondo seu entendimento da matéria de forma sistemática na mídia escrita e televisiva.

Ficamos cansados de tanto ouvir o presidente da FIESP.

Tentamos!!! Nos reunimos com Paulo Skaff, nos posicionando contra o processo que a FIESP vinha sinalizando como solução e inclusive elencamos uma série de problemas que advinham da proposta da FIESP em seus pronunciamentos.



Nossa proposta e posições:

- Deixamos claro: estoque de energia é represa cheia.
- Avisamos que redução abrupta no preço iria ampliar o consumo gerando uma crise por falta de oferta e possivelmente haveria a necessidade futura de racionar ou aumentar o preço para conter a demanda. Sequência incoerente!!!
- Afirmamos que o setor elétrico não admite saltos ou sobressaltos. Nem picos, tampouco reduções abruptas e agudas.
- Dissemos que para reduzir o preço da energia ao consumidor final deveria haver um grande pacto federativo para reduzir o ICMS e outras contribuições que oneram os consumidores.
- Alertamos que os encargos do setor poderiam ser reduzidos mas de forma paulatina para avaliação e reavaliação dos efeitos e gargalos que poderiam advir de suas reduções.
- Quanto às tarifas a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, já as regulava. Entendíamos que era só ajustar os números e criar algumas novas metas a serem perseguidas pelo setor.

Tudo isso parece coisa de engenheiro de obra feita, mas nós alertamos!!!



Industrialização ou Morte!!!

Vimos o Governo Federal em nome da retomada da industrialização e com o pano de fundo de redução aos con-

sumidores residenciais editar Medidas Provisórias incoerentes e danosas ao setor elétrico brasileiro. As Medidas

Provisórias 577/12 e 579/12 são abomináveis. Basta correr os olhos no seu conteúdo para verificar inconstitucionalidade e posições impositivas que geram insegurança jurídica, mas, como num passe de mágica e em velo-

cidade recorde, foi transformada em Lei no Congresso e sancionada pela presidenta Dilma Rousseff.

Não concordamos e apelamos ao STF (Supremo Tribunal Federal)

Nosso entendimento é que não havia urgência, excepcionalidade e relevância para edição de Medidas Provisórias para essa matéria ha-

ja vista, o gigantesco e complexo arcabouço regulatório do setor com Agência Reguladora, Ministério de Minas e Energia, ONS – Opera-

dor Nacional do Sistema Elétrico, regramentos e Legislações bem definidas.

Previsão de controle, fiscalização, interven-

ção, correções, etc...

Não há justificativa para tamanha medida ditatorial. Aliás o que nos pareceu foi uma medida populista, imediatista, in-

fundada e com objetivo exclusivamente eleitoral pois, já está claro que os preços estão subindo e subirão mais após as eleições 2014!!!

ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) será o remédio para esse caos???

Não tivemos outra saída após nos posicionarmos aos presidentes da Câmara e do Senado, após ter procurado entendimento na Casa Civil, após discutirmos os fatos no MME sem êxito, não nos restou ou-

tro remédio, a Fenatema e a CNTI, preocupadas com a instabilidade gerada aos trabalhadores do país e pela medida nitidamente inconsequente, porém, sabidamente eleitoreira do Governo Federal, promove-

mos a ADIN nº 5018 que tramita no STF tendo como relator o Ministro Luís Roberto Barroso onde pedimos declaração de inconstitucionalidade de ambas as leis, 12.767/12 e 12.783/13, na sua integralidade.

O Brasil não pode parar!!! O Brasil não pode apagar!!!

Todas as empresas estão sofrendo os efeitos nefastos advindos das MP's – Medidas Provisórias transformadas em Leis.

O custo da energia está estratosférico, sendo suportado pelo setor que a qualquer momento sucumbirá.

Se o setor resistir quem pagará a conta a duras penas será a sociedade brasileira com os repasses dos custos às tarifas após a eleição. Injusta, sistemática, imposta pelo Governo Federal.



São Pedro não é PTista

Fizeram a lambança no setor e agora culpam São Pedro pela falta de chuvas. Na verdade a questão hidrológica é um fato,

falta chuvas, mas temos que lembrar que o consumo foi elevado pelo calor e pelo incentivo quando da redução do preço fei-

ta pelo Governo. Conta simples: se tenho uma alternativa mais barata eu migro e aumento a demanda. Por exem-

plo: Gás X Energia Elétrica. O governo errou na mão e desregulou o setor. E pior, não admite o erro e empurra o setor ao precipício.



QUEM PAGA A CONTA???

Na verdade é sempre o consumidor, mas como o governo errou na dose, nesse momento quem está suportando a crise são as empresas privadas que estão comprando energia a preços exorbitantes, as

estatais que estão sendo altamente individualizadas, o Tesouro Nacional que arcará com parcela do problema (lembrando que é dinheiro público) e futuramente nós, meros mortais que pagaremos a con-

ta dessa "moratória eleitoreira". Dizemos moratória porque a conta não fecha e o povo está sendo iludido com uma falsa redução que será paga futuramente, inevitavelmente.

Resposta dos trabalhadores...

Não somos a favor da forma que vem sendo conduzido o setor elétrico brasileiro. Estão tratando os trabalhadores como coadjuvantes. Estamos vendo as empresas sendo destruídas, trabalhadores sendo demitidos aos milhares, perdendo a memória técnica do setor sem a transmissão deste cabedal de conhecimentos.

O Governo impõe um ritmo e uma situação às empresas que reflete em Demissões, retirada de benefícios, não pagamento de PLR, descaso com Segurança, descaso com a Saúde, falta e redução nos investimentos e consequentemente degradação de um setor estratégico e fundamental para o desenvolvimento econômico social.

Nós não suportamos mais esse absurdo...

Se o Governo não tomar juízo e corrigir os rumos do Setor, não reinventando a roda, é só fazer ela virar!!!

Nós vamos reagir e o mundo vai ver...

Roupa suja se lava em casa.

As soluções são tangíveis, do conhecimento e domínio de todos os atores do Setor Elétrico Brasileiro!!!

Se a coisa não melhorar nós vamos parar em defesa do Setor Elétrico Nacional!!!
Do jeito que está não pode ficar...

INCONSEQUÊNCIA 2

Ninguém faz seguro porque gosta de gastar dinheiro. Faz-se seguro para garantir patrimônio num infortúnio.

Tínhamos encargos no setor que serviam para equalizar ou solucionar situações difíceis. Não era um seguro, mas formava um caixa para esses momentos.

Agora a pergunta que não se cala:

Porque reduziram tanto a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético)?



O governo fica fazendo remendos no setor e não admite seus erros.

Individou a Eletrobras deixando a empresa sem fôlego, de joelhos. Sem a MP 579 a Eletrobras seria lucrativa e equilibrada, mas com a MP 579 a empresa está quebrando.

Nem a PLR querem pagar aos trabalhadores. Uma vergonha para esse Governo!!!

Tem que voltar a CDE a 100% para formar um fundo para socorrer o setor nesses momentos difíceis.

Vejam a briga que está na CCEE - Câmara



de Comercialização de Energia Elétrica: alteraram o objetivo da instituição pois vão aportar 11,2 bilhões para socorrer as distribuidoras e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica vai assumir um papel inédito de gestora dos empréstimos, na verdade estão usando a CCEE para malabarismos políticos.

Porque não retroagem ao erro não corrigem o problema que está degradante para o setor.

O informativo **Jornal da Fenatema** é uma publicação da Federação Nacional dos Trabalhadores em Energia, Água e Meio Ambiente. **Diretor responsável:** Eduardo Anunciato "Chicão"; **Diagramação e Arte:** Márcio Rualonga (MTE/SP 29.003); **Assistente de Arte:** Mariana Kim. **Tiragem:** 10.000. **Contatos:** Rua Thomaz Gonzaga, 61 - Liberdade - Cep: 01506-020 - Tel.: (11) 3346-2766

PARALIZAÇÃO DE 48 horas PREVISTA PARA O FINAL DE MAIO

JUNTOS NA LUTA E ATÉ A VITÓRIA SEMPRE!

São Paulo, 07 de maio de 2014.
P/ Diretoria

Eduardo Anunciato, "Chicão"
Presidente

